

Inconvenientes de uma política irrealista

Herbert Levy *

Vamos recapitular, neste início de ano.

Comecei por profligar a política de ir com muita sede ao pote em matéria de defesa do real, dado o pesado custo para amplos setores da economia.

1. Lembrei e condenei, como sempre fiz, que o governo estava adotando a política do FMI de combater inflação com deflação. Essa política, de 1980/84, criou, pela primeira vez no Brasil, uma fúria de demissões. Nesse período, as cifras do Ministério do Trabalho registraram 4,5 milhões de desempregados.

Quando aplicada nos países industrializados, a política é admissível. Mas, para começo de conversa, lá funciona o seguro-desemprego. Aqui é uma ficção. Por isso tivemos a explosão das favelas e a proletarização da classe média. Foi um caminho dolorosamente errado, pois levou mais 20 milhões de brasileiros para a área da pobreza absoluta, com dificuldade para a compra de alimentos. E um governo orientado para defesa dos interesses sociais adotou-o!

2. Um índice significativo da ação negativa do governo registrou-o a Associação Comercial de São Paulo.

Falências - Estabelecendo novo recorde histórico, os requerimentos falimentares totalizaram 1.329 em dezembro p.p., indicando um incremento de 1,5% sobre o mês anterior e de 248,8% em relação a igual mês do ano precedente. O acumulado durante 1995 foi de 1.159, o que supera



em 139% o apurado no exercício anterior. No tocante às decretadas, em dezembro último seu número foi de 82, ante 87 no mês anterior e 40 em igual mês de 1994, fechando o exercício com um total de 736 ocorrências, acusando, dessa forma, um aumento de 25,2% sobre o precedente.

Concordatas - Os pedidos de concordata subiram de 26 no mês anterior para 41 em dezembro p.p., ante apenas 15 em igual mês do ano passado. O acumulado de 1995 totaliza 409, assinalando uma expansão de 227,2% sobre o exercício anterior.

Em números absolutos, durante 1995 as "inadimplências" totalizaram 2.052.068 e as "recuperações" 854.257.

O governo ignorou sua responsabilidade nos erros da política cambial, que, com a valorização do real, estimulou importações e dificultou exportações, determinando até o fechamento setorial em grandes empresas, como Villares e Bardella.

Nossa balança comercial tornou-se negativa, e era dos saldos que ela registrou nos anos anteriores que nós tirávamos os recursos para pagamentos da dívida externa e remessa de juros e dividendos.

Vejamos: 1991, US\$ 10,579 bilhões; 1992, US\$ 15,239 bilhões; 1993, US\$ 13,341 bilhões; 1994, US\$ 10,440 bilhões; 1995, menos US\$ 3,2 bilhões. E agora?

3. Vamos nos escorar na entrada do dinheiro especulativo, o dinheiro quente, que em prazos curtíssimos auferiu, graças à política de juros altos, 50% ou mais em 1995 e, com a redução de juros que o governo procura processar, deve dar

ainda 30% ou mais ao ano em 1996! E nós não agüentamos os juros da dívida externa de 7 a 8% ao ano! Recebendo redução de 40% no total da dívida por parte dos países credores.

E quando as muitas dezenas de bilhões de dólares de dinheiro quente que entraram em 1995, mantendo ficticiamente outros tantos bilhões de reservas cambiais, forem repatriadas pelos investidores estrangeiros, elas estarão engordadas com esses juros absurdos. E quando os juros forem reduzidos para 12% ao ano ou menos, como mandam o bom senso e os interesses nacionais, e os especuladores perderem os atrativos dos juros de agiotagem de que estão usufruindo, como vai ficar o Brasil? Será que a equipe econômica não se sensibiliza para a gravidade da situação?

4. Mas neste quadro negativo, talvez o mais grave seja a virtual ruína de toda a economia rural do País. Nisso o governo se mostra mais sensível, providenciando maiores recursos e reduzindo juros. Mas o maior mal já está feito.

Roberto Rodrigues, secretário da Agricultura de São Paulo e acatado líder rural, presidente da Sociedade Rural Brasileira, estimou em mais de 1 milhão a perda de empregos na área rural em São Paulo, no ano passado. E esse trabalhador não sabe fazer outra coisa.

Não é simples coincidência que os sem-terra sejam hoje mais de 1 milhão no estado. E as invasões mostram uma situação de desespero, de quem não pode esperar as medidas legais.

E como fica o governo - sentindo-se responsável por esse êxodo rural que

talvez só tenha paralelo na crise de 1929, a maior que o país enfrentou?

Percorri há alguns meses áreas rurais de São Paulo, para constatar pessoalmente a extrema gravidade da situação. E encontrei inúmeros produtores que preferiram não colher suas safras, sobretudo de milho e batata, a ter de vendê-las, e com dificuldade, abaixo dos custos de produção.

É imperativo e urgente intensificar a ação de apoio à área rural por parte do governo, como prognostica o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira.

5. Poderia ampliar as referências sobre inadimplência e desemprego, mas os exemplos citados bastam. Devo registrar ainda como fator altamente negativo os déficits orçamentários do governo. Parte é sua responsabilidade, como registrei no artigo de 7-12-95, sob o título "Excesso de pessoal continua apesar da deflação".

Cito: "Mas, voltando às considerações iniciais deste artigo, é surpreendente,

conforme registra este jornal, que de janeiro a agosto a folha de pessoal do governo federal cresceu mensalmente 1,25%. Dentro da coerência da política recessionista adotada, só poderia ter havido compressão nessas despesas".

Ora, com os déficits orçamentários crescentes, em boa parte devido à ação descriteriosa dos constituintes de 1986, que transferiram rendas da União para estados e municípios sem transferir encargos, a União deve ser particularmente rigorosa no que diz respeito às despesas de pessoal, não se compreendendo que elas continuem crescendo. Cito, de um editorial do presidente da CNI, senador Fernando Bezer, há dias publicado neste jornal.

"Se o governo não abre mão de sua política cambial, precisaria então empenhar-se na redução das taxas de juro, bem como em aliviar a carga tributária, que afeta as empresas, notadamente aquela que recai sobre as exporta-

ções, o que pode ser alcançado a curto prazo com a adoção de medidas eficazes para reverter a tendência do déficit oficial. O setor público passou de um superávit equivalente a 2% do PIB, em 1994, para um déficit da ordem de 4%, no último exercício". Não desejo concluir este editorial sem uma nota de otimismo.

Disse e repito que, com um governo honesto como o atual, voltado ao combate à corrupção, manifestamente empenhado em reduzir o tamanho do Estado mediante as privatizações, ninguém segura o Brasil.

Mas é fundamental que esse governo se mostre mais atento e objetivo na sua política econômica, que, apesar dos aplausos pela estabilidade do real, desencadeia tantos fatores negativos que poderiam ter sido evitados e que agora merecem prioridade no sentido de amenizá-los ou corrigi-los.

* Presidente do Conselho de Administração da Gazeta Mercantil